

# GETÚLIO VARGAS E AS PRIMEIRAS VILAS OPERÁRIAS EM PORTO ALEGRE (1930 — 1954)

*Margaret Marchiori Bakos\**  
*Marielza Saraiva de Paiva\*\**  
*Marion Nunes de Meirelles\**

## INTRODUÇÃO

O processo de industrialização no Brasil desenvolve-se basicamente a partir dos inícios do século XX. Com ele modificam-se as relações de trabalho, substituindo-se o tratamento paternalista das fábricas rurais, pelas fábricas urbanas e impessoais. Essa mudança gera uma série de dificuldades para o operário, bem como a necessidade de organizar-se em defesa de seus interesses. O conjunto de suas reivindicações forma a chamada «Questão social», que embora tenha sido questionada durante a República Velha, com a aprovação de algumas leis paliativas específicas de proteção ao trabalhador, só é realmente valorizada na Plataforma Política da Aliança Liberal.

Observa-se entre os industriais brasileiros, até 1930, uma ideologia própria, particularmente defensiva, que os enaltece como preservadores do direito de propriedade, considerando-se como «uma classe conservadora». Os operários, entretanto, continuam com salários baixos, más condições de vida e participando de movimentos grevistas de cunho anárquico.

As dificuldades de união da classe trabalhadora, causadas pelos regionalismos, acrescenta-se a ação do governo, que não reconhece os sindicatos e reprime, através da polícia, qualquer manifestação operária. A tensão crescente do proletariado aparece mais claramente após a Primeira Guerra Mundial, contribuindo para o fim da República Velha.

A Aliança Liberal ao mesmo tempo em que procura a união dos Estados brasileiros, não cafeicultores, buscando proteger seus interesses econômicos, também pretende conciliar os interesses das classes urbanas com o das classes dominantes regionais. Entre as promessas que ela faz encontra-se o propósito de tratar dos problemas relativos às relações entre o capital e o trabalho, dentro de um largo espírito de justiça e de ampla simpatia. Em vista disso, julga-se que o operariado brasileiro tem bons motivos para aguardar com serena confiança a ação remodeladora do governo revolucionário.

De fato, é a partir da Revolução de 30 que se dá a devida atenção ao problema operário com o desenvolvimento de uma série de leis que o regulamentam.

O objetivo do presente trabalho é analisar o surgimento das Vilas Populares em Porto Alegre. A preocupação com a habitação para os operários é uma constante na administração rio-grandense desde o final da década de 20, aparecendo no programa da Aliança Liberal, para finalmente ser buscada

a sua solução ao longo dos governos de Getúlio Vargas.

### *I — O Problema habitacional em 1929.*

Durante a República Velha, no Rio Grande do Sul, segundo a ideologia positivista o operário é visto como um elemento fundamental na sociedade, cabendo ao Estado satisfazer suas necessidades básicas para evitar, que através da marginalização, ele se transforme em um elemento perturbador da ordem.

Essa linha de conduta se disvirtua, ao longo do período, pois os próprios sindicatos, criados e apoiados pelo governo Estadual, representam os interesses dos donos dos meios de produção. Situação que caracteriza os sindicatos dos arroteiros em 1926 e dos charqueadores em 28.

A problemática do operário transparece na série de movimentos grevistas que atingem Porto Alegre e algumas cidades do interior. Neles o operariado reivindica salários mais altos, leis de previdência social, limitação das horas de trabalho, bem como auxílio para a aquisição de melhores moradias.

Conforme o relatório apresentado no Conselho Municipal, em 15 de outubro de 1929, por Alberto Bins (1), constata-se a preocupação em solucionar o problema habitacional em Porto Alegre:

«Não nos foi dada oportunidade de iniciar, já a construção projetada de casas para operários, problema em que continuamos interessados, por vir ao encontro de uma das maiores necessidades atuais, principalmente das classes pobres, que lutam com embaraços para o provimento de sua habitações.

Feita a escolha do local em que levantaríamos as primeiras moradias populares, em vasto e excelente logradouro que a Municipalidade possui no próspero bairro de São João, resolvemos sustar este ano o início da edificação, porque dependia ela de operações especiais e, na época que atravessamos, aconselha-nos a prudência a não se recorrer ao crédito, em consequência da situação financeira, cujas crises, de caráter geral, não deixam de trazer seu reflexo às administrações públicas.

Entretentes, recebíamos propostas para levantamento e financiamento dessas construções, e, como era natural, não podíamos deixar de dar ao assunto a merecida atenção, estudando as condições da oferta, em suas modalidades.

Esses estudos, vêm de ser encerrados e posso dizer-vos que, até ao fim do ano, serão chamados concorrentes para o levantamento do primeiro grupo de habitações operárias».

### *II — O problema habitacional de 1930 a 1950.*

A crise mundial e a conjuntura revolucionária agravam a questão social, evidenciando o grau de precariedade que vincula o operário ao capital, caracterizado pela diminuição crescente das oportunidades de emprego. De outra parte, a crise de alimentos aumenta a carência do proletariado nas suas necessidades básicas, fazendo com que se reascenda mais fortemente o problema habitacional.

É autorizada pelo Conselho Municipal, através da Lei n° 269 a realização de operações de crédito e a emissão de apólices para a execução de serviços extraordinários como o projeto de construção das Vilas Operárias.

O primeiro grupo de habitação é planejado para fornecer moradia aos tra-

balhadores em transporte de carga (I. A. P. T. C.).

Localiza-se no logradouro pertencente ao município, no bairro São João.

Ocupa uma área total de 37.350 m<sup>2</sup> entre a estrada do Passo da Areia (atual Assis Brasil) e a avenida Eduardo Chartier.

O bairro foi escolhido para a implantação de indústrias devido a sua posição como elo de ligação entre o interior do Estado e o centro da capital através de vias férreas. Com o crescimento dos estabelecimentos industriais aumenta também o número de moradores, constituídos em sua maioria de operários. O fato justifica a escolha do local para criação da primeira vila operária. A obra além de atender as necessidades de habitação do operário, ainda visa dar trabalho aos desempregados.

A medida do Intendente Alberto Bins corresponde, em âmbito nacional, às diretrizes de ação que Getúlio Vargas, através de seu Ministro do Trabalho Lindolfo Collor já está empreendendo em outras capitais. Tal é o caso do Rio de Janeiro onde se cogita no momento, a criação de Vila Operária para os ferroviários.

Em 23 de outubro de 30 reúne-se um grande grupo de industriais gaúchos, diretores de emprêsas e estabelecimentos fabris que mantêm pelo menos 25 operários, para discutirem problemas relativos à produção.

Alberto Bins, na Presidência da reunião, na qualidade de porta-voz do Comando Revolucionário, pede aos empresários que zelem pela continuação de todas as atividades.

A atitude do Intendente é coerente com os princípios da Aliança Liberal que postulam um atendimento do Estado às necessidades básicas do operariado referentes à educação, higiene, alimentação, habitação, salários, desportos e cultura artística.

Em dezembro de 1930 é criada a Bolsa de Trabalho, que tem como principal função servir de intermediária entre os inúmeros desocupados e o mercado de trabalho.

Há uma íntima ligação entre a Bolsa de Trabalho e a construção da Vila Operária, porque é ela quem indica os operários para as primeiras etapas de construção da Vila. Como se verifica pela seguintes tabela: (2)

#### TRABALHOS FEITOS ATRAVÉS DA BOLSA DO TRABALHO

SERVIÇOS DA VILA OPERÁRIA — Foi feito o seguinte movimento de terras:

RUAS	CORTE (m3)	ATERRO (m3)
A _____	261,318 _____	662,539 _____
B _____	135,350 _____	959,499 _____
C _____	704,670 _____	174,720 _____
D _____	917,220 _____	381,220 _____
De Chartier _____	57,639 _____	309,440 _____
PRAÇA _____	7.575,800 _____	8.186,400 _____
	9.651,988 _____	10.673.818 _____

Por este trabalho os operários não recebem remuneração em dinheiro, porém vales, fornecidos pela Bolsa, para refeições nas cozinhas Populares. O valor dos vales é relativo as horas de trabalho e ao número de dependentes do trabalhador.

Através da Bolsa de Trabalho planeja-se atingir três metas da Revolução, que atendem às necessidades fundamentais do operário: alimentação, habitação e trabalho.

A planificação, no entanto, deve ser refreada frente à crise financeira que se abate em todo o país, causando uma redução no ritmo com que vinham sendo executadas as metas revolucionárias de apoio ao operário. Em Porto Alegre, a administração municipal queixa-se frequentemente da impossibilidade de abrir concorrência para a construção das vilas operárias. A redução das atividades Industriais e do Comércio, somadas ao pagamento de juros externos e internos, diminuem de tal forma as verbas municipais que impedem novos investimentos.

A crise coloca as construções para operários em um segundo plano. Contudo, várias medidas do Estado Novo são tomadas no sentido de amenizar os problemas das classes menos favorecidas. Tais como: fundação de creches para filhos de operários, isenção de imposto predial aos pobres, assistência social através dos Círculos Operários e a criação de restaurantes em bairros operários que servem refeições a preços mais acessíveis.

A desaceleração do atendimento ao setor de moradia operária é sentida em todo o país, refletindo-se no crescimento dos «mocambos» de Recife e nas favelas cariocas.

Em Porto Alegre, na zona industrial, nota-se o crescimento desordenado de habitações de trabalhadores, sem condições mínimas de higiene e segurança.

Entretanto, surge neste período um novo projeto habitacional, relativo a criação da Vila dos Industriários (I.A.P.I.), sendo os desempregados reconduzidos para atividades de terraplanagem no local onde a Vila deve ser construída.

A Vila do I.A.P.I. sofre as mesmas dificuldades, que impedem a continuação do primeiro planejamento.

Com a constituição de 1934 é criada a Legislação Trabalhista cuja finalidade é resguardar os direitos e bem-estar dos trabalhadores.

Medidas como fixação de um salário mínimo, limite de horas de trabalho e criação de Institutos de Aposentadoria e Pensões se tornam uma realidade e surgem, no decorrer dos governos de Getúlio Vargas o I.A.P.I., I.A.P.T.C., S.E.S.I., I.A.P.C., I.A.P.M., etc. Com a criação dos Institutos reforça-se a idéia de construir moradias próprias para o proletariado.

Os primeiros blocos residenciais são entregues na medida em que as obras terminam. As verbas provém do Governo Federal e de fundos pertencentes aos Institutos. Uma característica fundamental das obras é o excesso de preocupação com detalhes supérfluos e desnecessários ao público a que se destina.

O quadro abaixo historia o surgimento das primeiras vilas, o número de moradias que apresenta, as formas de locação, o padrão das construções e as verbas destinadas.

Primeiras Vilas Operárias em Porto Alegre — (1930-1954)			
	I.A.P.I.	I.A.P.T.C.	S.E.S.I.
A — Período de Construção	Início — Governo de Vargas Prossegue no de Dutra Prossegue no de Vargas	Início — Governo de Vargas Prossegue no de Dutra Prossegue no de Vargas	Início Dutra (1948) Prossegue com Getúlio
B — Modalidade de Locação	Aluguel	Venda	Venda
C — N° de Residências	860	75	209
D — Padrão de Moradia	casas e apartamentos	casas	casas
E — Financiamentos destinados à construção	Do início até 1949 Cr\$ 36.514.144,40		10 de maio de 1948 — 5 de abril de 1950 Cr\$ 6.700.000,00

### III — O problema habitacional de 1950 a 54.

O atendimento às necessidades habitacionais do proletariado urbano, metas do período pós-revolucionário, apresenta-se em Porto Alegre, como uma realização de Getúlio Vargas. O episódio seguinte retrata esta correlação.

Em 1950 o Presidente Dutra, em visita à capital do Estado, dirige-se à Vila do I.A.P.I. para verificar o andamento das obras. Na ocasião é homenageado com a inauguração de uma placa, dando seu nome a avenida principal da vila. Entretanto, os operários não aceitam a iniciativa, considerando que a homenagem deve ser prestada a Getúlio Vargas. A opinião dos operários prevalece e atualmente o nome da avenida é «Avenida dos Industriários» e a Vila do I.A.P.T.C. é inaugurada como «Vila Presidente Vargas».

Nesse mesmo ano o vereador Antônio Achutti em discurso na Câmara refere-se às moradias populares, dizendo que deveriam ser vendidas a preços razoáveis, em suaves prestações. O que se observa, entretanto, é que essas moradias são alugadas pelos Institutos a preços elevados.

Em 1951 Getúlio Vargas, na sua segunda presidência, adverte aos Institutos e Caixas de Previdência Social que devem abandonar os planos de construir moradias de alto custo. O trabalhador precisa de habitação barata e higiênica de acordo com o seu poder aquisitivo.

Na nova perspectiva deixa-se de lado os planos tipo I.A.P.I. e I.A.P.T.C., caracterizando melhor as novas metas a construção da Vila SESI. A Vila atende mais adequadamente às necessidades modestas do proletariado. Acrescente-se ainda novos Planejamentos de pequenos núcleos de casas populares na rua Sant'Anna, no bairro Mont'Serrat, no bairro Sarandi, Arraial de São José, etc.

Com essas iniciativas ampliam-se os contornos urbanos de Porto Alegre, possibilitando o surgimento diversificado de Núcleos Industriais e a abertura de novas vias urbanas de transporte.

## CONCLUSÃO

Embora de alcance limitado, frente a grande massa de operários que necessita moradia, julga-se as construções de Vilas operárias e populares em Porto Alegre como uma iniciativa bem sucedida.

Gera-se na Aliança Liberal uma nova perspectiva no atendimento ao operariado.

Getúlio Vargas no decorrer de seus governos pretende realizar as metas programadas. Se tal plano não se efetiva plenamente isto se deve à conjuntura do momento.

A longo prazo, evidencia-se nas obras realizadas entre 1930 e 1954 a preocupação em atender problemas básicos dentro da questão social.

\* — Professores Assistentes do Departamento de História — PUCRS — P.A.

\*\* — Acadêmica do Departamento de História — PUCRS — P.A.

(1) — Vila Operária — Relatório de Alberto Bins para o Conselho Municipal — 15 de outubro de 1929.

Serviços extraordinários — pg. 20.

(2) — Relatório da Diretoria de Obras — 1928, 1929, 1930, 1931 — e 1º semestre de 1932.

## FONTES ESCRITAS: ARQUIVO HISTÓRICO DE PORTO ALEGRE

Anais da Câmara Municipal de Porto Alegre, 1936, 1937, 1949-1950 vol X, 1950 vol. I, II, III, IV, V, VI.

Anais do Conselho Consultivo de Porto Alegre, 1932, 1934, 1935.

Anais do Conselho Municipal de Porto Alegre, 1930.

Boletim Municipal, 1946.

Correio do Povo, março, julho e agosto, 1950.

Correspondência Ativa do Intendente Alberto Bins, 1930, 1931.

Diário de Notícias, outubro e novembro, 1930.

Leis, Decretos e Resoluções, 1930, 1931, 1934, 1936, 1951.

Plano de Urbanização de Loureiro da Silva, 1943.

Relatório do prefeito à Câmara Municipal de Porto Alegre, 1948 vol. II, 1949 vol. II, 1950 vol. I e II, 1951 vol. I e II.

Relatório do prefeito ao Conselho Municipal de Porto Alegre, 1931, 1932, 1933, 1934.

## FONTES ORAIS: Entrevistas com antigos moradores da vila I.A.P.I.

Atalbio Ribeiro Souza

Eduardo Ventura

Gregório Neves, ex-presidente da Associação dos moradores da vila.

Herotildes Nunes

Irmã Anna Maria Paza, da Irmandade Palotina, professora da escola Edmundo Gardolinski.

Marina Souza

Neiva Ventura Neves